

# jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO  
 Av. Engº Cantano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598  
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telegráfico ESTADO  
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

**JÚLIO MESQUITA**  
 (1891 - 1927)

**JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA**  
 (1927 - 1969)

**Diretor Responsável**  
**RUY MESQUITA**

**Diretores**

Júlio de Mesquita Neto  
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita  
 Ruy Mesquita  
 César Tácito Lopes Costa  
 José M. Homem de Montes  
 Oliveiros S. Ferreira

**Diretor de Unidade**  
 Ruy Mesquita Filho

**Diretor de Redação**  
 Fernão L. Mesquita  
**Diretor Executivo**  
 Fernando L. Mitre  
**Editor Chefe**  
 Celso Kinjô

**Diretor Superintendente**  
 Francisco Mesquita Neto  
**Diretor Comercial**  
 Roberto Crissiuma Mesquita  
**Diretor Agência Estado**  
 Rodrigo L. Mesquita

## *Orçamento* Cortar despesas onde?

Irresponsavelmente aprovado pelo Congresso e sancionado sem vetos pelo presidente Fernando Collor de Mello, o Orçamento Geral da União para 1992 revela seus imensos furos já nos primeiros meses do ano. Todos os que acompanharam a tortuosa tramitação do projeto orçamentário no Congresso sabiam que os parlamentares engordaram artificialmente as receitas, enquanto emagreciam, também artificialmente, as despesas. Não se sabia, na época, de quanto tinha sido a superestimação das receitas. Agora se sabe. A receita orçada é 56% superior àquela que o governo, diante da situação geral da economia, espera conseguir ao longo deste ano.

Em fevereiro, a arrecadação de impostos pelo Tesouro Nacional foi 15% inferior à de janeiro e 10% menor do que a de fevereiro de 1991, o que fez com que o superávit de caixa caísse para apenas Cr\$ 1,9 bilhão — praticamente equilíbrio das contas, pois as despesas somaram Cr\$ 3,7 trilhões —, o valor mais baixo do governo Collor.

Uma parte da queda da receita é explicada pela redução do recolhimento do Finsocial, tributo que muitas empresas vêm depositando em juízo na esperança de que ele venha a ser declarado inconstitucional. O governo esperava que a receita do Finsocial atingisse Cr\$ 1 trilhão em fevereiro, mas ela ficou 60% abaixo disso. O empresário Antônio Ermírio de Moraes calcula que o montante depositado em juízo atinja Cr\$ 3 trilhões, dinheiro que nem vai para os cofres do Tesouro nem é utilizado pelas empresas. Mudanças na legislação do Imposto de Renda das empresas trarão problemas adicionais para receita da União. Calcula-se que, com essas mudanças (na forma de correção monetária dos balanços), o recolhimento de Imposto de Renda por uma empresa como a Telebrás cairá de US\$ 1 bilhão para US\$ 200 milhões.

Diante da ameaça de novos e graves desequilíbrios nas suas contas, o que impediria o cumprimento de

metas acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo anuncia que vai apertar o cerco em torno das estatais, obrigando-as até a antecipar para este mês o imposto que só deveria ser recolhido no segundo semestre. Vai também impor novos cortes nas despesas dos ministérios, controlando rigorosamente a entrada e saída de dinheiro.

A infra-estrutura econômica — transportes, energia, telecomunicações —, ainda de responsabilidade quase exclusiva do Estado, está numa situação lamentável e pode se converter no principal obstáculo ao crescimento. As atividades de pesquisa científica e tecnológica correm o risco de paralisação, por falta de apoio oficial. Pior ainda é a situação da escola pública, visível na degradação do nível de ensino e nos baixíssimos salários dos professores. O avanço da cólera e o ressurgimento de moléstias que se supunham eliminadas do território brasileiro mostram o quanto precisa ser feito — e com urgência — no campo da saúde pública.

Num quadro desses, onde é que o governo pode continuar cortando sem acelerar nossa caminhada em direção ao quarto mundo?

Ninguém hoje questiona a premente necessidade de se equilibrar as finanças do setor público. Mas o caminho para esse equilíbrio é a retomada do crescimento, que aumentará a arrecadação de impostos. Para isso, porém, é preciso que se aprove com urgência a reforma tributária que torne o sistema brasileiro mais racional, de modo a melhorar a produtividade das empresas, estimular o investimento, gerar empregos, assegurar salários maiores e aumentar a receita pública. Vincular essa reforma, que pode ser aprovada rapidamente, a mudanças profundas no aparelho do Estado, como o governo parece pretender, retardará a decisão, o que terá como consequência o aprofundamento da crise financeira do Estado e o atraso da retomada do crescimento econômico.